

REUNIÃO CÂMARA SETORIAL DE FIBRAS NATURAIS

CRISE NA COCONICULTURA BRASILEIRA - DIAGNÓSTICO DE CAUSAS,
IMPACTOS À CADEIA PRODUTIVA E SOLUÇÕES PROPOSTAS



Sumário Executivo

- ▶ Diagnóstico de Causas
- ▶ Impactos à Cadeia Produtiva
- ▶ Ações Recomendadas

Contextualização

Segundo ABREU, O Brasil é o único país do mundo produtor onde o coco é tratado como uma “fruta” e não como uma “oleaginosa”, com uma vasta aplicação do fruto in natura e seus derivados tanto como insumo industrial, como na forma in natura.

Tec. Especializado - Engº Alimentos - Embrapa Agroindústria Tropical. Aproveitamento Industrial do Coco-da-Baía Maduro (Coco Seco).
Referência: www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/arquivos/artigo_1943.pdf



Contextualização

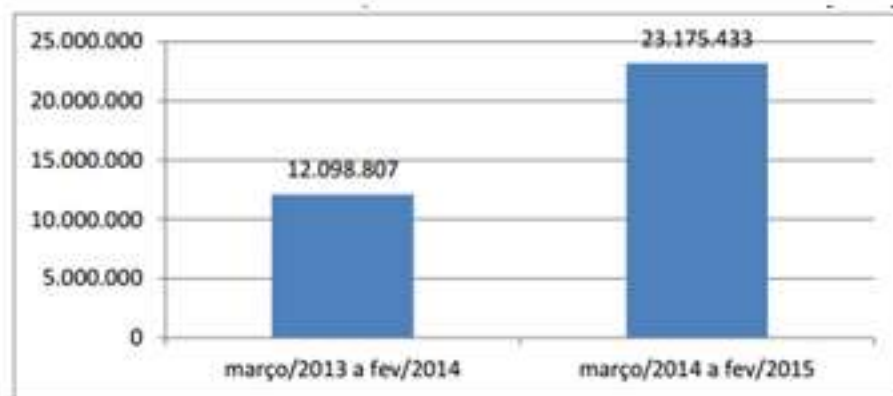
Entre 1992 e 2012 vigorou uma ação de salvaguarda autorizada pela OMC - Organização Mundial do Comercio - impetrada pelo SINDCOCO que impunha cotas de importação para o coco ralado (5000 ton/ano).

Motivado por hábitos de vida mais saudáveis, o consumidor brasileiro passou a consumir água de coco tanto “in natura” quanto industrializado.

Neste período o setor da coconicultura se recuperou e grandes industrias foram instaladas no pais, além é claro de uma forte expansão na área plantada.

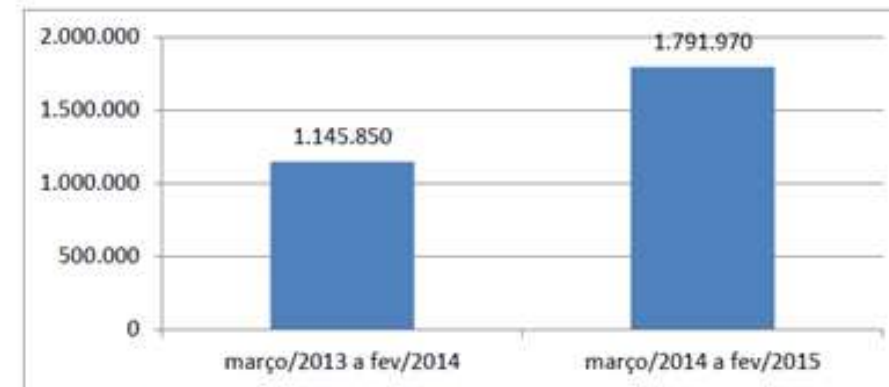
Contextualização

Com o fim da salvaguarda em 2012, as **importações “irregulares” dispararam** tanto para o “coco ralado” como para a “água de coco”



Fonte: SINDCOCO / MDIC Secex Mar/2015

Importações de coco ralado



Fonte: MDIC/Secex, fevereiro de 2015

Importações água de coco “gel”

Problemas

- ▶ Problema de Natureza “Socioeconômico”- abandono do cultivo por parte de pequenos e médios produtores devido à expressiva baixa do preço do fruto
- ▶ Problema de “Defesa Agropecuária - Risco de entrada de pragas Quarentenárias ausentes
- ▶ Problema de natureza de segurança alimentar - Contaminação com fungos, bactérias e vírus causadores de doenças tais como botulismo e diarreias crônicas.
- ▶ Põe em risco o futuro de uma agroindústria de exportação de um “produto diferenciado” com impacto negativo ao PIB do estado da Bahia e do país.

Diagnóstico de Causas

- ▶ Falta de regulamentação do setor para produtos derivados do coco
- ▶ Importações “irregulares” em quantidades praticamente equivalentes ao consumo aparente nacional
- ▶ Falta de uma política de preço mínimo para coco verde e coco seco considerando os produtos de valor agregado: “água” + “copra” + “fibra”

Problema SÓCIO-ECONÔMICO

O Estado da Bahia é o maior produtor nacional de coco, com área plantada de 75,8 mil ha e produção estimada de 554 milhões de frutos. O Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) é estimado em R\$ 273,5 milhões e responde por uma geração de cerca de 240 mil postos de trabalho (IBGE 2012). Devido à situação atual, estes números estão seriamente ameaçados se as autoridades brasileiras não tomarem nenhuma providência para regulamentar o setor.

Exclusivo: Crise da produção de coco no Brasil atinge Vale do São Francisco: Duas mil pessoas estão desempregadas.

Postado por: Edenevaldo Alves em Agricultura, Petrolina 22 de abril de 2015 0



A crise no Vale do São Francisco



Como a água de coco entra no país sem nenhum critério, os produtores ficam sem trabalho pela baixa qualidade do produto. A crise no vale do São Francisco que se estende de Petrolina à Petrolândia com aproximadamente 5 mil hectares de coco, já somam 2 mil pessoas que estão desempregadas de forma direta e 2.500 indiretamente.

Segundo o delegado nacional de dos produtores de coco Francisco Nunes, a concentração maior de percas está localizada no projeto Senador Nilo Coelho, onde 100 mil frutos foram perdidos. "Com o prejuízo da importação de água de coco as indústrias não compraram coco e a fruta secou Vai sobrar para o agricultor apenas 9 centavos das vendas atuais", afirmou.



Problema de natureza de segurança alimentar

▶ Água de Coco:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE JULHO DE 2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. - Vigente.

▶ Coco ralado:

RESOLUÇÃO RDC nº 272, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 (produtos vegetais). É a resolução vigente onde seria aplicado para o coco ralado. No entanto, com não há referência ao coco ralado, a Indústria não está mais obrigada a seguir tal resolução. Não há, atualmente, PIQ (Padrão de Identidade e Qualidade) para o coco ralado, nem de origem nacional e nem importado.

RESUMINDO:

Padrão de Identidade e Qualidade “(PIQ) muito pobre para a água de coco” porque não legisla sobre a IMPORTAÇÃO de matérias-primas concentradas ou já prontas para o consumo final de acordo às Boas Práticas de Fabricação exigidas no Brasil e “inexistente para o coco-ralado”, o que deixa muitas brechas para a elaboração e produção de produtos de baixíssima qualidade destinados ao consumidor brasileiro.

Problema de natureza de segurança alimentar

Desde 2005, o coco ralado deixou de possuir o PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE (PIQ) - Resolução ANVISA - RDC N° 84, de 15 de setembro de 2000. Isto expõe o consumidor brasileiro a adquirir um produto que não pode ter a qualidade desejada, seja ele fabricado no Brasil ou no exterior.

título: Resolução RDC nº 84, de 15 de setembro de 2000

ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Coco Ralado.

publicação: D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 19 de setembro de 2000

órgão emissor: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

alcance do ato: federal - Brasil

área de atuação: Alimentos

• **revogada(o) por:** [Resolução RDC nº 272, de 22 de setembro de 2005](#)

???? COCO

Problema de natureza de segurança alimentar

Nota Técnica do MAPA nº 127/2014 CGVB/DIPOV/DAS, menciona que os controles de importação atualmente adotados se limitam a verificar as características do produto que podem ser evidenciados por meio de análises laboratoriais, **mas são limitados ou ineficazes para evitar a importação de produtos obtidos por processo produtivo em desacordo com a legislação brasileira.**



2 de 3
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas

Nota Técnica nº 127 / 2014 / CGVB / DIPOV / SDA (DBEB).

16 / setembro / 2014

6. Os procedimentos de controle mencionados são meios eficazes para evitar importações em desconformidade com os PIQs, entretanto limitam-se a controlar características do produto que podem ser evidenciadas por meio de análises laboratoriais. Sendo assim, tais procedimentos são limitados ou ineficazes para evitar que produtos obtidos por **processo produtivo** em desacordo com a legislação brasileira (por exemplo, sem a observância das Boas Práticas de Fabricação) sejam importados. Para minimizar o risco de que tais produtos sejam oferecidos ao consumidor brasileiro seriam necessárias atividades de controle realizadas no estabelecimento produtor estrangeiro, todavia, em se tratando de produtos de origem vegetal, a legislação brasileira em vigor não prevê a possibilidade do MAPA exercer atividades de controle em produtores localizados fora do Brasil.

Problema de “Defesa Agropecuária – Risco de entrada de pragas Quarentenárias ausentes”

O coco ralado é um vetor potencial para a entrada de pragas quarentenárias ausentes, de acordo (MAPA) Portaria nº 70 de 05/03/1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 06/03/1998, que assim se expressa em suas preliminares e, em seguida, no seu artigo 1º:



Considerando que a importação de plantas de coqueiro (*Cocus nucifera*), seus órgãos, suas partes e propágulos (cocos viáveis para o plantio) podem trazer pragas não existentes no território brasileiro;

Considerando que algumas doenças causadas por microplasmas são transmitidas por insetos vetores e que a importação de coco ralado pode servir de meio de transporte para tais pragas, e Considerando a necessidade de intensificar o controle e evitar a entrada de pragas exóticas do coqueiro no Brasil, resolve:

Art. 1º Proibir a importação de plantas de coqueiro (*Cocus nucifera*), seus órgãos, suas partes (inclusive coco ralado) e propágulos (cocos viáveis para o plantio) de países onde ocorrem as seguintes pragas exóticas da cultura do coqueiro, no Brasil: *Rhynchophorus ferrugineus*, *Promecotheca cumingi*, *Opsina arenosella*, *Hidari irava*, *Nepanthis serienopa*, *Tirathaba* spp., *Setora nitenswil*, *Brachartona catoxantha*, *Coelaenomenodera* spp., *Brontispa longissima*, *Diocalandra taitense*, *Gryctis chinocerus*, *Oryctes* spp, *Erionata thrax*, *Parasa lépida*, *Lethal yellowing* MLO - *Micoplasma*, *Kerala wilt* - *Micoplasma*, *Tatipaka disease* - *Micoplasma*, *Cape St Paul Wilt* - *Micoplasma*, *Kaincopé* - *Micoplasma*, *Phytophthora palmivora*, *Phytophthora heveae*, *Phytophthora katsurae*, *Gandorma* spp., *Cadang-cadang* - *viróide*, *Striga* spp.

Art. 2º Toda e qualquer importação de plantas de coqueiro (*Cocus nucifera*), seus órgãos, suas partes (inclusive coco ralado) e propágulos (cocos viáveis para o plantio), provenientes de países oficialmente reconhecidos livres das pragas relacionadas no artigo anterior, poderá ser autorizada mediante a apresentação do Certificado Fitossanitário emitido pelo país exportador. Parágrafo único. As importações provenientes dos demais países só serão permitidas após a realização de Análise de Risco de Pragas - ARP, cujas despesas serão custeadas pelo interessado.

Põe em risco o futuro de uma agroindústria de exportação de um “produto diferenciado” com impacto negativo ao PIB dos estados produtores.

‘Coconut water adulteration threatens US consumer confidence’: ITI Tropicals



By Ben Bouckley+
07-Aug-2014
Last updated on 07-Aug-2014 at 15:26 GMT

2 comments



Fresh Coconut Water (Photo: Phu Tinh Co/Flickr)

Related tags: Coconut water, Zico, Vita Coco

Coconut water supplier ITI Tropicals claims that around 15% of coconut water sold in the US is adulterated with unlabeled added sugars – and is calling for industry action to retain consumer trust.

Gert Van Manen, president of ITI Tropicals, told BeverageDaily.com last night that – following comments Vita Coco executive Giles Brook who referenced UK brands with added sugar in this interview for our site – his company chose to test the most prominent US brands.

Another factor that raised New Jersey-based ITI's suspicions was unduly high declared sugar levels in certain brands inconsistent with freshly collected coconut water – so the firm paid Krueger Food Laboratories to conduct analyses.

These determined that there are basically two categories of coconut water – no added sugar (Coco Libre, Naked, Zico, Zola fall into this category) and added sugar (Goya and Vita Coco).

Van manen insists that all the leading brands, Zico, Naked, Vita Coco, Purity Organics, Zola, Goya, label their products correctly, and applauds Goya and Vita Coco for flagging-up added sugar.

Farra das
embalagens

Ações

- ▶ Que a Câmara Setorial de Fibras Naturais emita notas técnicas:
 - ▶ Ao (MDIC | MS/Anvisa | MAPA), recomendando resolução de suspensão imediata das importações de coco ralado de países aonde há riscos de entrada de pragas quarentenárias que não estejam em conformidade com Portaria nº 70 de 05/03/1998 do MAPA (DOU do dia 06/03/1998).
 - ▶ Ao (MDIC | MS/Anvisa | MAPA), recomendando resolução de suspensão imediata das importações de produtos derivados do coco até que sejam elaborados novos PIQs para “coco ralado”, “leite de coco”, “óleo de coco” e “água de coco”.

Ações

- ▶ Para que o MAPA e ANVISA elaborem novas PIQs para produtos “derivados do coco”, a saber: água de coco; coco ralado; leite de coco; óleo de coco. As comissões deverão contar com a presença de representantes de produtores e associações afins, ministérios afins, EMBRAPA Tabuleiros Costeiros e agroindústria. Os novos PIQs para estes produtos deverão considerar a inclusão de item especial sobre “importações”, contendo cláusula específica para liberação das mesmas, observando a obrigatoriedade da inspeção por técnicos brasileiros custeados pelas indústrias dos países de origem, seguindo modelo similar à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 1999 DO IBAMA que obriga a observância à RESOLUÇÃO RDC Nº 18 de 19 de NOVEMBRO DE 1999 da ANVISA aplicada às importações do palmito.
- ▶ Para que o MDIC crie um código NCM específico para água de coco de forma que permita rastrear as importações deste produto no sistema ALICEWEB/SECEX.
- ▶ Que o MAPA desenvolva e publique uma política de preços mínimos para o fruto “coco seco” e “coco verde”, considerando o valor integral do fruto.